

ESTUDO DO PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO NA GRADUAÇÃO: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

DANIELE CASIMIRO VERZENHASSI¹; CLISMAM SOARES PORTO²;
ETIENE VILLELA MARRONI³; ANA CAROLINA OLIVEIRA DOS SANTOS³;
DANIELA ARNOLD TISOT³; NATÁLIA LEMKE³

¹ Acadêmica do curso de Engenharia Hídrica/CDTEC. E-mail: danicasimiro2@hotmail.com

² Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Geoprocessamento/CENG.
E-mail: clismam_soares01@hotmail.com

³ Docentes do Curso Superior de Tecnologia em Geoprocessamento/CENG.
E-mail: etiene.marroni@ufpel.edu.br

RESUMO

O estudo do Planejamento Espacial Marinho revela a importância do espaço oceânico e costeiro para o Estado Brasileiro. Isto porque grandes reservas naturais encontram-se até 200 milhas náuticas da zona costeira do Brasil, incluindo, nesses recursos, petróleo e gás, fundamentais para o desenvolvimento das Nações.

Palavras-Chave: Planejamento Espacial Marinho; Espaço Oceânico; Recursos Naturais; Ensino Graduação.

1. INTRODUÇÃO

O ensino do Planejamento Espacial Marinho teve como propósito a integração de alunos dos mais variados cursos de graduação da UFPel. Os primeiros alunos que receberam capacitação foram os discentes do CST em Geoprocessamento, Engenharia do Petróleo e Engenharia Geológica.

O estudo multidisciplinar, que envolveu as políticas públicas vinculadas ao ecossistema oceânico, foi um aspecto positivo para a compreensão dos mecanismos inerentes ao conhecimento da regulação desse espaço, com vistas a sua preservação e conservação.

Este Projeto de Ensino teve como principal objetivo abordar assuntos pertinentes e atuais da área das Ciências do Mar, que contribuíssem para a melhor formação dos alunos envolvidos. Os docentes e alunos da equipe do programa tiveram a oportunidade de desenvolver atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão em um mesmo ambiente de trabalho.

Então, tornaram-se necessários, para o início das atividades vinculadas ao Programa, o Projeto de Ensino e consequente conhecimento de políticas públicas direcionadas ao ecossistema oceânico, considerados fatores relevantes para incrementar os conteúdos dessas áreas, devido às imensas reservas naturais que fazem parte do espaço marítimo brasileiro. Também, procurou-se incentivar os universitários dos cursos envolvidos ao estudo detalhado das políticas públicas brasileiras e internacionais de uso e proteção de mares e oceanos, além de esclarecê-los sobre a geopolítica internacional de uso do espaço marítimo.

2.REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A metodologia adotada embasou-se na análise de conteúdo, com aulas expositivas e uma (1) saída de campo. Na análise do conteúdo estabeleceu-se, como eixo principal, o estudo do Planejamento Espacial Marinho, que consiste em um processo público de análise e alocação da distribuição espacial e temporal das atividades humanas em áreas marinhas, com vistas a alcançar objetivos ecológicos, econômicos e sociais, geralmente especificados por meio de processo político (UNESCO, 2011). O curso, presencial, decorreu com duas horas aulas semanais, perfazendo um total de 24 horas.

Como para a compreensão dos espaços marítimos era necessário o estudo das políticas nacionais e internacionais inerentes ao tema, fez-se uso da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, considerando a abordagem internacional. No contexto nacional, o estudo da CIRM (Comissão Interministerial sobre os Recursos do Mar) foi de extrema relevância para o entendimento do mecanismo da política pública brasileira para o mar. Cabe-nos destacar a importância do Brasil no cenário regional e internacional, face ao seu imenso espaço costeiro-oceânico.

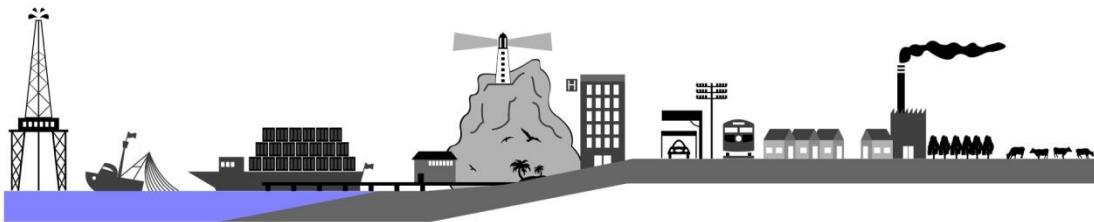


Figura 1: Importância econômica de um Estado costeiro.

Fonte: TORRES, 2005.

Assim, o estudo do Planejamento Espacial Marinho configura-se em aporte para o redirecionamento do espaço oceânico no âmbito das relações domésticas e internacionais de um Estado costeiro. A maior parte dos Estados costeiros, insulares e arquipelágicos, desenvolveram os zoneamentos do espaço marinho para diversas atividades humanas, como transporte marítimo, exploração de petróleo e gás, desenvolvimento de energia renovável, aquicultura offshore e descarte de dejetos. No entanto, geralmente, o problema reside no fato dessas atividades serem planejadas isoladamente e tratadas caso a caso, sem que os efeitos, tanto sobre outras atividades humanas como no meio ambiente marinho, sejam considerados.

Além disso, em situações de conflitos os tomadores de decisão, por vezes, são capazes de proceder de maneira reativa – normalmente quando já é tarde demais –, em vez de tomarem a decisão de planejar e desenvolver ações que possam levar a um futuro mais desejável para o meio ambiente marinho.

Em contrapartida, o PEM é um processo voltado ao futuro e pode oferecer meios para solucionar esses tipos de conflito, como também selecionar estratégias de gestão apropriadas para manter e salvaguardar os serviços de ecossistema necessários.

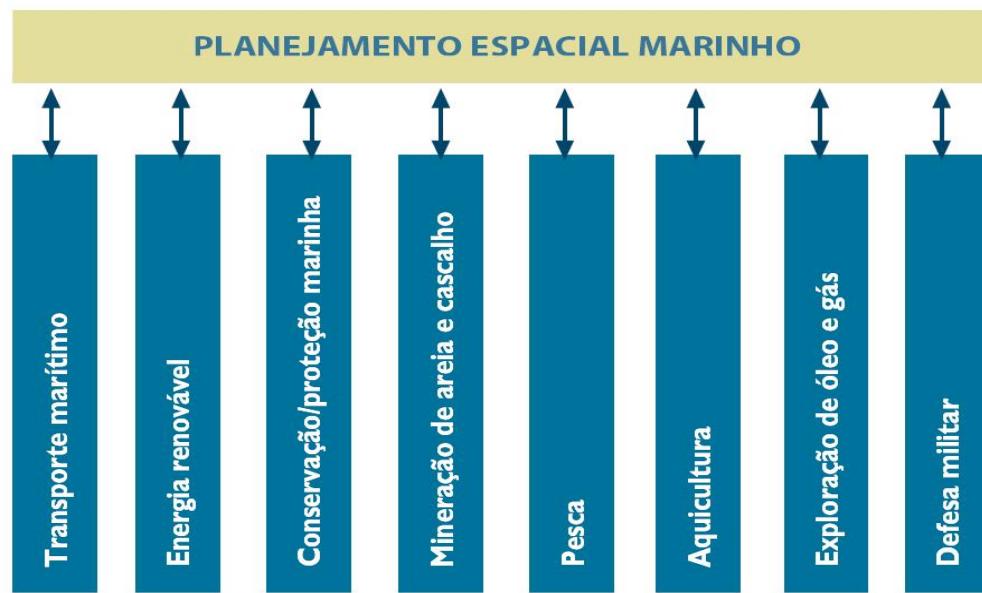


Figura 2: Planejamento Espacial Marinho.

Fonte: UNESCO, 2011

3.RESULTADOS E CONCLUSÃO

Adquirido o conhecimento básico da política pública nacional e internacional para o espaço oceânico, os alunos perceberam a importância de estudar o planejamento espacial do ecossistema marinho. Através do conhecimento de políticas públicas específicas para este tema, pôde-se esclarecer a relevância do planejamento e gerenciamento de ações que visam prover orientação aos que têm poder de decisão, responsáveis por determinados setores, atividades ou preocupações, de tal forma que possam tomar iniciativas mais seguras e de forma mais abrangente, integradas e complementares.

Desta forma, os alunos puderam estudar todo o mecanismo de execução da política pública brasileira para o mar, sendo seu maior expoente a CIRM. A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar foi estabelecida em 1974, com a finalidade de coordenar assuntos relativos à consecução da Política Nacional para Recursos do Mar (PNRM). A CIRM atua como órgão colegiado e é vinculada ao Comando da Marinha. Em janeiro de 1982, a CIRM passou, também, a gerenciar o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR).

4.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, R.G. *No Mar Nossa Última Fronteira*. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EnsMed/expensgeo_9.pdf>. Acesso em: 16/11/2014.
- COMISSÃO INTERNACIONAL PARA RECURSOS DO MAR (CIRM). *Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar*. 2014. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/secirm/>>. Acesso em: 17/11/2014.
- MARINHA DO BRASIL (MB). *Vertentes científicas*. Disponível em: <http://www.marinha.mil.br/sites/default/files/hotsites/amz_azul/html/vertentes_cientifica.html>. Acesso em: 16/11/2014.
- PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO. *Passo a Passo em Direção à Gestão Ecossistêmica*. UNESCO, 2011.

TORRES, P.A. et al. Mexico's Case Study. In: Cicin-Sain, B. et al. *Basic Information and Overview of National Ocean Policy*. The Nippon Foundation. Research Task Force on National Ocean Policies, 2005. Disponível em: <<http://www.globaloceans.org/sites/udel.edu.globaloceans/files/OceanPolicySummaries.pdf>>. Acesso em: 21/01/2013